

**EDITAL VERTICALIZADO**

**TJ-RJ**

**ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE**



**A CASA DO  
SIMULADO**

praticar é a chave!

# CONCURSO DE TJ-RJ

## CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – SEM ESPECIALIDADE

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** 21/06/2019 (MANHÃ).

**BANCA:** Cebraspe.

**DURAÇÃO:** 5 horas

**FASES DO CONCURSO:**

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) avaliação de títulos, de caráter classificatório.

### PROVAS OBJETIVAS

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 60 - Estilo de múltipla escolha.

- 20 questões de Conhecimentos Gerais;
- 40 questões de Conhecimentos Específicos.

**PONTUAÇÃO:** 60 pontos.

Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) obter nota inferior a **10,00 pontos** na prova objetiva de **conhecimentos gerais P1**;
- b) obter nota inferior a **20,00 pontos** na prova objetiva de **conhecimentos específicos P2**;

### PROVA DISCURSIVA

---

*A prova a discursiva consistirá da redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, a respeito de temas relacionados aos conhecimentos específicos do cargo de Analista Judiciário – Sem Especialidade.*

**PONTUAÇÃO:** 40 pontos.

- *O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com **caneta esferográfica de tinta preta** fabricada em material transparente.*
- *A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal da Língua*

*Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.*

- *A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.*

**A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.**

- a) A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 40,00 pontos.
  - b) A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como: grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular.
  - c) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido.
  - d) Será calculada, então, a nota na prova discursiva (NPD) pela fórmula  $NPD = NC - 8 \times NE \div TL$ , em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato.
  - e) Será atribuída nota zero ao texto que obtiver  $NPD < 0,00$ .
  - f) Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.
- *Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver  $NPD \geq 20,00$  pontos.*

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
3.1 Emprego das letras.					
3.2 Emprego da acentuação gráfica.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.4 Concordância verbal e nominal.					
5.5 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.6 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescritura de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei Estadual nº 6.956/2015.					
2 Decreto-Lei nº 220/1975 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).					
3 Decreto nº 2.479/1979 e suas alterações (Regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro).					
4 Lei Estadual nº 4.620/2005 e suas alterações (Dispõe sobre a unificação e a reestruturação dos Quadros de Pessoal e institui a carreira de serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro).					
5 Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, parte judicial: Livro I – Parte Geral.					
5.1 Da Corregedoria Geral da Justiça.					
5.1.1 Da Estrutura e do funcionamento: dos Atos Normativos; dos meios de comunicação entre os serviços judiciários.					
5.1.2 Da função correicional: das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar.					
5.1.3 Dos Recursos.					
5.1.4 Dos Deveres: dos deveres dos Responsáveis pelo gerenciamento das Serventias; do horário de trabalho; da ausência do Chefe de Serventia e da vacância da função; da utilização do sistema de processamento de dados; da expedição de certidões.					
5.1.5 Das Custas Judiciais: disposições gerais; do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais.					
6 Regimento Interno do TJRJ.					
6.1 Da competência.					
6.1.1 Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.					
6.1.2 Do Conselho da Magistratura.					

**7 Resolução Órgão Especial no 01/2017; Anexo Consolidado: Anexo XXXIX Da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário, Título I Da Administração Superior; Capítulo I Da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Seção I Do Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça; Seção II Do Gabinete da Presidência; Seção III Dos Núcleos Regionais; Capítulo II Da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; Capítulo III Do Conselho da Magistratura; Seção I Da Secretaria do Conselho da Magistratura; Capítulo IV Da Corregedoria-Geral da Justiça.**

--	--	--	--	--

## NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015).					
2 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000).					
3 Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000).					

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e moral.					
2 Ética, princípios e valores.					
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4 Ética e função pública.					
5 Ética no setor público.					
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Atos de improbidade administrativa.					
7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.					

# DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>2 Direito administrativo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Objeto.</b>					
<b>2.3 Fontes.</b>					
<b>3 Ato administrativo.</b>					
<b>3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.</b>					
<b>3.2 Extinção do ato administrativo.</b>					
<b>3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.</b>					
<b>3.3 Decadência administrativa.</b>					
<b>4 Agentes públicos.</b>					
<b>4.1 Conceito.</b>					
<b>4.2 Espécies.</b>					
<b>4.3 Cargo, emprego e função pública.</b>					
<b>4.3.1 Provimento.</b>					
<b>4.3.2 Vacância.</b>					
<b>4.3.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.</b>					
<b>4.4 Remuneração.</b>					
<b>4.5 Direitos e deveres.</b>					
<b>4.6 Responsabilidade.</b>					
<b>4.7 Processo administrativo disciplinar.</b>					
<b>4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.</b>					
<b>5 Poderes da administração pública.</b>					
<b>5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.</b>					

<b>5.2 Uso e abuso de poder.</b>					
<b>6 Regime jurídico-administrativo.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</b>					
<b>7 Responsabilidade civil do Estado.</b>					
<b>7.1 Evolução histórica.</b>					
<b>7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.</b>					
<b>7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.</b>					
<b>7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.6 Reparação do dano.</b>					
<b>7.7 Direito de regresso.</b>					
<b>8 Serviços públicos.</b>					
<b>8.1 Conceito.</b>					
<b>8.2 Elementos constitutivos.</b>					
<b>8.3 Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>8.4 Delegação.</b>					
<b>8.4.1 Concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>8.5 Classificação.</b>					
<b>8.6 Princípios.</b>					
<b>9 Organização administrativa.</b>					
<b>9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.</b>					
<b>9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>10 Controle da administração pública.</b>					
<b>10.1 Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>10.2 Controle judicial.</b>					

<b>10.3 Controle legislativo.</b>					
<b>10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).</b>					
<b>11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).</b>					
<b>12 Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					

# DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>1.2 Normas programáticas.</b>					
<b>2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>2.1 Princípios fundamentais.</b>					
<b>2.2 Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>2.2.1 Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.</b>					
<b>2.2.2 Dos Direitos Sociais.</b>					
<b>2.2.3 Da Nacionalidade.</b>					
<b>2.2.4 Dos Direitos Políticos.</b>					
<b>2.2.5 Dos Partidos Políticos.</b>					
<b>2.3 Organização político-administrativa do Estado.</b>					
<b>2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.</b>					
<b>2.4 Poder Legislativo.</b>					
<b>2.4.1 Do Congresso Nacional e suas Atribuições.</b>					
<b>2.4.2 Da Câmara dos Deputados e dos Deputados.</b>					
<b>2.4.3 Do Senado Federal e dos Senadores.</b>					
<b>2.4.4 Das Reuniões e das Comissões.</b>					
<b>2.4.5 Do Processo Legislativo.</b>					
<b>2.4.6 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.</b>					
<b>2.5 Poder Executivo.</b>					
<b>2.5.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República.</b>					
<b>2.5.2 Das Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República.</b>					
<b>2.5.3 Da Responsabilidade do Presidente da República.</b>					
<b>2.5.4 Dos Ministros de Estado.</b>					

<b>2.5.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.</b>					
<b>2.6 Poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>2.7 Funções essenciais à justiça.</b>					
<b>2.7.1 Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.</b>					

# DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.</b>					
<b>1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.</b>					
<b>1.2 Conflito das leis no tempo.</b>					
<b>1.3 Eficácia das leis no espaço.</b>					
<b>2 Pessoas naturais.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Início da pessoa natural.</b>					
<b>2.3 Personalidade.</b>					
<b>2.4 Capacidade.</b>					
<b>2.5 Direitos da personalidade.</b>					
<b>2.6 Nome civil.</b>					
<b>2.7 Estado civil.</b>					
<b>2.8 Domicílio.</b>					
<b>2.9 Ausência.</b>					
<b>3 Pessoas jurídicas.</b>					
<b>3.1 Disposições Gerais.</b>					
<b>3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.</b>					
<b>3.3 Constituição.</b>					
<b>3.4 Extinção.</b>					
<b>3.5 Capacidade e direitos da personalidade.</b>					
<b>3.6 Sociedades de fato.</b>					
<b>3.7 Associações.</b>					
<b>3.8 Sociedades.</b>					
<b>3.9 Fundações.</b>					
<b>3.10 Grupos despersonalizados.</b>					

<b>3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.</b>					
<b>3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.</b>					
<b>4 Bens.</b>					
<b>4.1 Diferentes classes.</b>					
<b>4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.</b>					
<b>4.3 Bens no comércio e fora do comércio.</b>					
<b>5 Fato jurídico.</b>					
<b>6 Negócio jurídico.</b>					
<b>6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>6.2 Classificação e interpretação.</b>					
<b>6.3 Elementos.</b>					
<b>6.4 Representação.</b>					
<b>6.5 Condição, termo e encargo.</b>					
<b>6.6 Defeitos do negócio jurídico.</b>					
<b>6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.</b>					
<b>6.8 Simulação.</b>					
<b>7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.</b>					
<b>8 Prescrição e decadência.</b>					
<b>9 Prova do fato jurídico.</b>					
<b>10 Contratos.</b>					
<b>10.1 Princípios.</b>					
<b>10.2 Classificação.</b>					
<b>10.3 Contratos em geral.</b>					
<b>10.4 Disposições gerais.</b>					
<b>10.5 Interpretação.</b>					
<b>10.6 Extinção.</b>					
<b>10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.</b>					

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
2 Normas processuais civis.					
3 A jurisdição.					
4 A Ação.					
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
4.2 Condições da ação.					
4.3 Classificação.					
5 Da Cooperação Internacional.					
5.1 Disposições gerais.					
5.2 Do auxílio direto.					
5.3 Da carta rogatória.					
6 Da Competência.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Da modificação da competência.					
6.3 Da incompetência.					
7 Pressupostos processuais.					
8 Preclusão.					
9 Sujeitos do processo.					
9.1 Capacidade processual e postulatória.					
9.2 Deveres das partes e procuradores.					
9.3 Procuradores.					
9.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
9.5 Litisconsórcio.					
10 Intervenção de terceiros.					
11 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça.					

<b>11.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz.</b>					
<b>11.2 Dos Impedimentos e da Suspeição.</b>					
<b>11.3 Dos Auxiliares da Justiça.</b>					
<b>12 Ministério Público.</b>					
<b>13 Advocacia Pública.</b>					
<b>14 Defensoria Pública.</b>					
<b>15 Atos processuais.</b>					
<b>15.1 Forma dos atos.</b>					
<b>15.2 Tempo e lugar.</b>					
<b>15.3 Prazos.</b>					
<b>15.4 Comunicação dos atos processuais.</b>					
<b>15.5 Nulidades.</b>					
<b>15.6 Distribuição e registro.</b>					
<b>15.7 Valor da causa.</b>					
<b>16 Tutela provisória.</b>					
<b>16.1 Tutela de urgência.</b>					
<b>16.2 Disposições gerais.</b>					
<b>17 Formação, suspensão e extinção do processo.</b>					
<b>18 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.</b>					
<b>18.1 Procedimento comum.</b>					
<b>18.2 Disposições Gerais.</b>					
<b>18.3 Petição inicial.</b>					
<b>18.3.1 Dos requisitos da petição inicial.</b>					
<b>18.3.2 Do pedido.</b>					
<b>18.3.3 Do indeferimento da petição inicial.</b>					
<b>18.4 Improcedência liminar do pedido.</b>					
<b>18.5 Da conversão da ação individual em ação coletiva.</b>					
<b>18.6 Da audiência de conciliação ou de mediação.</b>					

<b>18.7 Contestação, reconvenção e revelia.</b>					
<b>18.8 Providências preliminares e de saneamento.</b>					
<b>18.9 Julgamento conforme o estado do processo.</b>					
<b>18.10 Da audiência de instrução e julgamento.</b>					
<b>18.11 Provas.</b>					
<b>18.12 Sentença e coisa julgada.</b>					
<b>18.13 Cumprimento da sentença e sua impugnação.</b>					
<b>19 Teoria Geral dos Recursos.</b>					
<b>19.1 Dos recursos.</b>					
<b>19.2 Disposições gerais.</b>					
<b>19.3 Da apelação.</b>					
<b>19.4 Do agravo de instrumento.</b>					
<b>19.5 Do agravo interno.</b>					
<b>19.6 Dos Embargos de Declaração.</b>					
<b>19.7 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.</b>					
<b>20 Do Processo de execução.</b>					
<b>21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.</b>					
<b>22 Mandado de segurança.</b>					
<b>23 Ação popular.</b>					
<b>24 Ação civil pública.</b>					
<b>25 Ação de improbidade administrativa.</b>					
<b>26 Lei nº 11.419/2006 (Processo Judicial Eletrônico).</b>					

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
2 Aplicação da lei penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Interpretação da lei penal.					
2.4 Analogia.					
2.5 Irretroatividade da lei penal.					
2.6 Conflito aparente de normas penais.					
3 Ilícitude.					
4 Culpabilidade.					
5 Concurso de Pessoas.					
6 Penas.					
6.1 Espécies de penas.					
6.2 Cominação das penas.					
7 Ação penal.					
8 Punibilidade e causas de extinção.					
9 Prescrição.					
10 Crimes contra a fé pública.					
11 Crimes contra a Administração Pública.					
12 Lei nº 13.869/2019 (Abuso de autoridade).					
13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).					
14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.					
15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).					
16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.					
2 Sistemas e princípios fundamentais.					
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
4 Fase pré-processual.					
4.1 Inquérito policial.					
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
5.1 Elementos identificadores da relação processual.					
5.2 Formas do procedimento.					
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
5.4 Pretensão punitiva.					
5.5 Tipos de processo penal.					
6 Ação penal.					
7 Ação civil Ex Delicto.					
8 Jurisdição e competência.					
9 Questões e processos incidentes.					
10 Prova.					
11 Do Juiz, do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.					
12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).					
13 Citações e intimações.					
14 Atos processuais e atos judiciais.					
15 Do processo comum.					
15.1 Da Instrução criminal.					
15.2 Do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri.					

<b>15.2.1 Da acusação e da instrução preliminar.</b>					
<b>15.2.2 Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária.</b>					
<b>15.2.3 Da preparação do processo para julgamento em plenário.</b>					
<b>15.2.4 Do alistamento dos jurados.</b>					
<b>15.2.5 Do desaforamento.</b>					
<b>15.2.6 Da organização da pauta.</b>					
<b>15.2.7 Do sorteio e da convocação dos jurados.</b>					
<b>15.2.8 Da função do jurado.</b>					
<b>15.2.9 Da composição do tribunal do júri e da formação do conselho de sentença.</b>					
<b>15.2.10 Da reunião e das sessões do tribunal do júri.</b>					
<b>15.2.11 Da instrução em plenário.</b>					
<b>15.2.12 Dos debates.</b>					
<b>15.2.13 Do questionário e sua votação.</b>					
<b>15.2.14 Da sentença.</b>					
<b>15.2.15 Da ata dos trabalhos.</b>					
<b>15.2.16 Das atribuições do presidente do tribunal do júri.</b>					
<b>15.3 Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.</b>					
<b>16 Dos processos especiais.</b>					
<b>16.1 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.</b>					
<b>16.2 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular.</b>					
<b>16.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.</b>					
<b>16.4 Do processo sumário.</b>					
<b>16.5 Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos.</b>					
<b>16.6 Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso.</b>					
<b>17 Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).</b>					
<b>18 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).</b>					

<b>19 Prazos.</b>					
<b>19.1 características, princípios e contagem.</b>					
<b>20 Nulidades.</b>					
<b>21 Recursos em geral.</b>					
<b>22 Habeas corpus e seu processo.</b>					
<b>23 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).</b>					
<b>24 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.</b>					
<b>25 Disposições gerais do Código de Processo Penal.</b>					

## LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro Parte Judicial.</b>					
<b>1.1 Parte Geral.</b>					
<b>1.1.1 Da Corregedoria Geral de Justiça.</b>					
<b>1.1.1.1 Da estrutura e do funcionamento.</b>					
<b>1.1.1.1.1 Dos atos normativos.</b>					
<b>1.1.1.1.2 Dos órgãos e funções de assessoramento e execução.</b>					
<b>1.1.1.1.3 Da distribuição de feitos: dos Registros de Distribuição; das buscas; das certidões de distribuição de feitos judiciais; dos Livros de Registro de Distribuição; dos fichários e arquivamento; do Serviço de Distribuição; da Distribuição por processamento eletrônico de dados; da paralisação do sistema de informática da Distribuição; do pré-cadastramento, das anotações no Registro de Distribuição; das medidas cautelares de caráter sigiloso; do Projeto Violeta e protocolo Violeta-Laranja.</b>					
<b>1.1.1.1.4 Do recebimento e encaminhamento de petições e documentos: do Protocolo Geral de Varas (PROGER); do recebimento de petições e documentos; do encaminhamento de petições e documentos; do Protocolo Integrado; da utilização do Serviço de Malote.</b>					
<b>1.1.1.1.5 Dos meios de comunicação entre serviços judiciários: disposições gerais; da comunicação por fax.</b>					
<b>1.1.1.2 Da estatística, supervisão e delegação de funções.</b>					
<b>1.1.1.2.1 Da estatística das serventias.</b>					
<b>1.1.1.2.2 Da supervisão e delegação de funções.</b>					
<b>1.1.1.3 Da função correicional.</b>					
<b>1.1.1.3.1 Das correições, fiscalizações e inspeções: da responsabilidade disciplinar.</b>					
<b>1.1.1.4 Dos recursos.</b>					
<b>1.1.1.5 Dos magistrados.</b>					
<b>1.1.1.5.1 Das disposições gerais.</b>					
<b>1.1.1.5.2 Dos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais.</b>					
<b>1.1.1.6 Dos deveres.</b>					

<b>1.1.1.6.1 Dos deveres dos responsáveis pelo gerenciamento das serventias.</b>					
<b>1.1.1.6.2 Do horário de trabalho.</b>					
<b>1.1.1.6.3 Da ausência do chefe de serventia e da vacância da função.</b>					
<b>1.1.1.6.4 Da utilização do sistema de processamento de dados.</b>					
<b>1.1.1.6.5 Da expedição de certidões.</b>					
<b>1.1.1.7 Das custas judiciais.</b>					
<b>1.1.1.7.1 Disposições gerais.</b>					
<b>1.1.1.7.2 Do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais.</b>					
<b>1.2 Foro Judicial.</b>					
<b>1.2.1 Dos Serviços Judiciais.</b>					
<b>1.2.1.1 Das Escrivanias.</b>					
<b>1.2.1.1.1 Da Administração Interna: do Processamento Integrado e do Chefe de Serventia a Da carta precatória eletrônica.</b>					
<b>1.2.1.1.2 Das Rotinas de Processamento: das rotinas aplicáveis às serventias judiciais em geral.</b>					
<b>1.2.1.2 Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.</b>					
<b>1.2.1.2.1 Disposições gerais.</b>					
<b>1.2.1.2.2 Dos Conciliadores.</b>					
<b>1.2.1.2.3 Dos Oficiais de Justiça.</b>					
<b>1.2.1.2.4 Dos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis e dos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC).</b>					
<b>1.2.1.2.5 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis: da intimação por via telefônica.</b>					
<b>1.2.1.2.6 Das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais.</b>					
<b>1.2.1.3 Das Centrais de Audiência de Custódia.</b>					
<b>1.2.1.3.1 Do cadastramento e processamento das audiências de custódia.</b>					
<b>1.2.1.3.2 Dos deveres dos servidores designados para atuarem nas Centrais de Audiência de Custódia.</b>					
<b>1.2.1.3.3 Do cadastramento no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC-CNJ).</b>					
<b>2 Lei Federal nº 12.153/2009.</b>					